

A PRECARIZAÇÃO DA PALAVRA E O ESVAZIAMENTO DA POLÍTICA NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL

THE PRECARISATION OF THE WORD AND THE EMPTYING OF POLITICS IN EDUCATIONAL FORMATION
LA PRECARIZACIÓN DE LA PALABRA Y EL VACIAMIENTO DE LA POLÍTICA EN LA FORMACIÓN EDUCATIVA

*Luiz Felipe Soares Araujo**

*Rose Gurski***

RESUMO

Este artigo propõe retomar o projeto psicanalítico de uma educação para o sujeito, problematizando os efeitos do discurso e das práticas neoliberais para o estatuto da palavra no laço social atual. Interrogamos de que modo a psicanálise, em articulação com a educação e com a política, pode contribuir para frear o avanço das estratégias e práticas disseminadas pelo discurso neoliberal, com ataques constantes à dimensão coletiva dos laços sociais e educacionais – condição essa que vem erodindo, de forma avassaladora, a dimensão coletiva e política do campo educativo. Diante desse cenário, precisamos construir alternativas educacionais a fim de resgatar a potência da palavra em face de sua precarização, assim como contribuir com alternativas ao individualismo crescente, promovendo um debate público pautado na lógica do conflito, e não somente do confronto.

Palavras-chave: Educação; Psicanálise; Palavra; Laço social; Política.

ABSTRACT

This article proposes a return to the psychoanalytic project of an education for the subject, problematizing the effects of neoliberal discourse and practices on the status of the word in current social bond. We question how psychoanalysis, in conjunction with education and politics, can contribute to halting the advance of the strategies

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da USP. Psicólogo pela UFU. Bolsista CAPES. Integrante do NUPPEC-Eixo 3/UFRGS e do PSOPOL/USP. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2101-3383>. Endereço: Avenida Professor Mello Moraes, 1721 – Cidade Universitária, São Paulo–SP, Brasil. CEP: 05508-030. E-mail: felipearaujopsico@gmail.com.

**Professora Associada do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia da UFRGS e do PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura da UFRGS; orientadora do PPG em Psicologia Clínica da USP. Pós-Doutora em Psicologia Clínica pela USP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora do NUPPEC-Eixo 3/UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7392-1463>. Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Santa Cecília, Porto Alegre–RS, Brasil. CEP: 90035-003. E-mail: rosegurski@ufrgs.br

and practices disseminated by neoliberal discourse, with constant attacks on the collective dimension of social and educational bonds – a condition that has been overwhelmingly eroding the collective and political dimension of the educational field. Faced with this scenario, we need to build educational alternatives in order to rescue the power of the word in the face of its precariousness, as well as contributing alternatives to growing individualism, promoting a public debate based on the logic of conflict and not just confrontation.

Keywords: Education; Psychoanalysis; Word; Social Bond; Politics.

RESUMEN

Este artículo propone retomar el proyecto psicoanalítico de una educación para el sujeto, problematizando los efectos del discurso y de las prácticas neoliberales sobre el estatuto de la palabra en el lazo social actual. Cuestionamos cómo el psicoanálisis, en conjunción con la educación y la política, puede contribuir a detener el avance de las estrategias y prácticas diseminadas por el discurso neoliberal, con constantes ataques a la dimensión colectiva de los lazos sociales y educativos, condición que viene erosionando de forma abrumadora la dimensión colectiva y política del campo educativo. Frente a este escenario, necesitamos construir alternativas educativas para rescatar el poder de la palabra frente a su precariedad, así como aportar alternativas al individualismo creciente, propiciando un debate público basado en la lógica del conflicto y no sólo de la confrontación.

Palabras clave: Educación; Psicoanálisis; Palabra; Lazo Social; Política.

Alguns dados. Nem todos. Sem conclusões. Para quem me aceita são inúteis ambos. Os curiosos terão prazer em descobrir minhas conclusões, confrontando obra e dados. Para quem me rejeita trabalho perdido explicar o que, antes de ler, já não aceitou.

— Mário de Andrade, 1922/2017

1 INTRODUÇÃO

A precarização acelerada das condições de vida no planeta é uma espécie de estuário de uma série de crises sociais, políticas, econômicas e também climáticas. Como efeito dessa certa

tempestade perfeita rumo à catástrofe, observamos o encurtamento da imaginação e das possibilidades de sonhar com outros mundos. Afora a gestão das mortes, operada pelo necroliberalismo contemporâneo, a assunção do Antropoceno como marcador dos efeitos produzidos pelos humanos na natureza tem gerado transformações desorganizadoras para o mundo ocidental, evidenciando-se, sobretudo, a erosão da estabilidade ambiental do Holoceno¹. Nancy Fraser (2024) sugere que a expressão que melhor qualifica esse tipo de mundo que construímos é “capitalismo canibal”. Ou seja, uma sociedade organizada para se alimentar dos materiais presentes na terra que nos sustenta e monetizar as capacidades criativas dos trabalhadores, isso sem nenhuma espécie de compromisso com a reposição do que foi extraído ou mesmo com a reparação daquilo que, pela extração, foi danificado.

Tal perspectiva se aproxima das concepções do filósofo e crítico cultural alemão Walter Benjamin (1940/2022), que, já na década de 1930, discorria sobre a forma como o progresso veloz e linear da sociedade capitalista, orientado pelo consumo utilitarista da natureza, carregava uma lógica de uso e descarte sem reposição. Para ele, a visão da natureza enquanto usufruto humano, quando tomada somente para fins produtivos de progresso, acaba por denegar a finitude da natureza. Do mesmo modo, o uso contínuo e extrativista dos recursos naturais ameaça a renovação necessária para a existência de gerações que estão por vir.

Ora, o espectro da morte que ronda as condições do capitalismo canibal (Fraser, 2024) também aparece no campo da formação educacional juvenil. As estatísticas de depressão e de suicídio de adolescentes e jovens não param de crescer, o que mostra o quanto a formulação do desejo de viver (Freud, 1910/2013) não é uma tarefa fácil, ainda mais na passagem adolescente, quando a formulação imaginária do sentido da vida se incrementa e a pergunta sobre si mesmo e o mundo adquire outro valor. Pensamos que a vacilante vontade de viver dos jovens, expressa nas taxas de depressão, ansiedade e suicídio, evoca uma pergunta sobre o sentido que a vida pode ter, quando aqueles que estão no lugar de transmissão do

¹Na escala do tempo geológico, o Holoceno é uma época do Período Quaternário, pertencente à Era Cenozóica. Seu início ocorreu há aproximadamente 11,5 mil anos e se estende até hoje, sendo o período em que a humanidade se desenvolveu. Esse avanço foi impulsionado, sobretudo, por um clima mais estável e ameno. Entretanto, com diversas transformações que se deram a partir da ação dos humanos no planeta, que ocorreram e ainda estão em curso, surgiu uma nova linha de pesquisa na qual estudiosos sugerem o início de uma nova época geológica: o Antropoceno. Nas palavras de Seligmann-Silva (2023), “uma era determinada pela destruição produzida no planeta pelos seres humanos, que pode estar induzindo ao fim da vida da espécie humana sobre a Terra” (p. 2).

desejo pela vida constroem uma sociedade pautada pela destruição e pela morte. Tal dimensão se revela na própria assunção do Antropoceno, já que é a primeira vez, na história do planeta, que as ações humanas produzem efeitos de mutação mórbida na natureza e na geologia do planeta.

Nesse cenário de proliferação de crises, permeado, por exemplo, por atos violentos de radicalismos políticos e negacionismos climáticos e sanitários, diante de desastres naturais e emergência de novas zoonoses, como a Covid-19, produz-se uma lógica de guerra nos laços sociais e interpessoais. Nesse diapasão, assistimos à disseminação de discursos de ódio e de intolerância que empobrecem os debates na esfera pública, situação em relação à qual o campo da formação educacional não fica excluído. A virulência das atuais políticas de morte dirigidas a vários segmentos fundamentais da vida - entre eles, o campo da educação -, leva-nos a interrogar: como as produções da psicanálise e educação podem auxiliar em um cenário como esse?

Importa registrar que a noção de políticas de morte está associada às premissas neoliberais (Safatle, 2021b). Nesse sentido, ao longo de sua jovem história, o Estado brasileiro tem não apenas administrado mortes e desaparecimentos por meio da necropolítica – tais como a colonização, a ditadura empresarial-militar de 1964, a pandemia de Covid-19 e outros –, como também vem engendrando sua própria ruína ao desenvolver novas formas de violência estatal.

Tal contexto constrói um quadro frágil e fragmentado na formação educacional das crianças e jovens, ao que também perguntamos: o que pode a psicanálise fazer, em diálogo com o campo da educação, a fim de conter essa espécie de erosão da dimensão política e da precarização da palavra no laço social contemporâneo?

No trabalho junto às instituições educacionais, temos visto uma espécie de mercantilização das relações educacionais. Essas mudanças inserem, no cotidiano das escolas, um paradigma educacional de treinamento de habilidades e competências, ou seja, há um incremento de avaliações e a expansão de métricas de resultados para todas as etapas da formação escolar. Assim, de uma educação republicana pautada pela formação crítica e pela possibilidade de imaginar novos futuros, temos nos aproximado de uma concepção de ensino e aprendizagem baseada na funcionalidade, na reprodução conteudista e no empreendedorismo meritocrático (Gurski, Strzykowski & Perrone, 2020; Gurski, Perrone & Strzykowski, 2023).

Para o sociólogo francês Christian Laval (2019), a redução da educação

a um conjunto de aptidões e competências se mostra coerente com a gramática neoliberal, que edifica um imaginário social pautado pelo espírito corporativista, transformando os sujeitos em capital financeiro e humano a serviço das organizações. Essa lógica de financeirização das vidas é acompanhada, no dia a dia, por um esvaziamento da função política da palavra na vida e nos laços sociais. É como se a palavra não mais operasse enquanto mediadora simbólica dos conflitos interpessoais e políticos, imperando o protagonismo do consumo de objetos e do uso, muitas vezes, não só abusivo, como também equivocado dos dispositivos tecnológicos (Gurski & Lo Bianco, 2023).

Afora isso, os discursos de ódio atravessam o debate social sem, muitas vezes, uma circulação da mediação simbólica da palavra entre as pessoas, sem produção de qualquer espécie de diálogo e de compartilhar de ideias que produza um laço entre os sujeitos. A despeito dos diversos benefícios e da importância que os dispositivos tecnológicos oferecem às relações laborais e sociais, surge um paradoxo: apesar das inúmeras condições de conectividades, resta um enorme solipsismo na vida relacional dos sujeitos deste tempo.

No Brasil, a partir da década de 1990, as reformas neoliberais chegaram ao campo da educação através de uma nova forma de gestão que se instalou tanto nas instituições de educação básica como nas universidades (Maia Filho, Oliveira, Carmo & Moraes, 2015); uma gestão inspirada no modelo mercadológico, cujas características são a busca incessante pela eficiência, a premiação por resultados e o incentivo explícito à concorrência sob a insígnia da meritocracia (Coutinho, Gurski, Schaly, Oliveira & Fagundes, no prelo). Tais reformas implicaram maior participação de empresas, bancos e organismos regulatórios financeiros na tomada de decisões no campo das políticas públicas de educação.

O fenômeno mais recente que ilustra tal questão é a reforma do Ensino Médio. No Estado de São Paulo, por exemplo, houve um grande marketing governamental e um lobby filantrópico em defesa dessa reforma, que prometia dar aos estudantes maior liberdade de escolha sobre os itinerários formativos. Entretanto, o documento elaborado pela Rede Escola Pública e Universidade (2022) evidencia o risco elevado de violação do direito à educação de estudantes da rede estadual de ensino, demonstrando que o Novo Ensino Médio apenas aumentou as desigualdades escolares.

Com preocupação, entendemos que as condições acima descritas vêm produzindo uma polarização política crescente na sociedade brasileira,

polarização fomentada por um projeto político que se sustenta em uma rede de discursos de ódio e de extrema individualização dos laços e produz discursos totalitários nos quais há a univocidade de sentidos. É nessa direção que cresce a importância do trabalho do psicanalista e do educador com as palavras e com o livre pensar. Para tal, são necessárias condições de expressão e circulação de pensamento, visto que a censura e a vigilância moral, seja nas escolas, seja nas universidades, seja em qualquer outro espaço social da cidade, maculam as possibilidades de liberdade democrática e de pluralidade necessárias para a manutenção da condição polissêmica do pensamento e, portanto, da linguagem e da palavra. Trata-se de uma problemática clínico-política, visto que algumas verdades são tacitamente veiculadas, obturando-se a possibilidade da circulação de pensares críticos sobre a pluralidade de experiências dos sujeitos.

Conforme dizia a psicanalista francesa Maud Mannoni, na década de 1960, haveria de chegar a hora de a psicanálise mostrar sua implicação formulando questões políticas. Ora, entendemos que as fraturas do laço social e educacional devem mobilizar psicanalistas, educadores e pesquisadores do campo da psicanálise e educação, porque não podemos nos eximir da função crítica e política que constitui nossos lugares junto à sociedade (Gurski & Lo Bianco, 2023). Nesse sentido, mesmo cientes de que problemas políticos demandam ações políticas (Safatle, 2020), entendemos que o enlaçamento produzido pelo psicanalista no campo social, em especial no âmbito da educação, é fundamental para fazer circular a palavra, alcançando condições de transformação no laço por meio de sua função política.

É preciso sublinhar que a psicanálise não é apenas uma terapêutica, ou seja, seu corpo teórico não se limita a ofertar ferramentas de trabalho restritas à clínica do um a um. O campo analítico se coloca também como um patrimônio da cultura que nos ajuda a pensar, de modo crítico e subversivo, as problematizações sócio-históricas do laço social e educacional. Importa destacar que temos vivenciado um momento singular da história, no qual emergem discursos totalizantes que esvaziam a esfera política e que se mostram ligados à redução da participação dos sujeitos nas discussões políticas e públicas, cenário que favorece o crescimento dos discursos de ódio contra grupos que são considerados minoritários, tais como mulheres (Gurski, Oliveira & Araujo, 2024), negros, indígenas, homossexuais, imigrantes etc.

Segundo a proposta deste dossiê, a centralidade da linguagem na constituição do sujeito evoca a função política da palavra, especialmente

porque nos tornamos humanos ao tomar a palavra a partir do Outro e das contradições que emergem desde os laços com os outros. É, portanto, como um modo de resistir à racionalidade neoliberal vigente, que propaga uma educação apolítica, com ampla destruição do caráter crítico e do livre pensar, que evocamos as questões contidas neste escrito. A contrapelo do trajeto da “escolha da guerra civil” (Dardot, Guéguen, Laval & Sauvêtre, 2021), entendemos a palavra e os diálogos plurais e êxtimos enquanto elementos centrais dos laços em uma sociedade democrática.

Buscaremos, portanto, através deste artigo, retomar a proposta de uma educação para o sujeito, pensada a partir da psicanálise. Queremos tensionar, desse modo, a forma pela qual o discurso e as práticas neoliberais participam da mutação do estatuto da palavra nos laços atuais. Para isso, interrogamos como a psicanálise, em articulação com a educação e a política, pode contribuir para frear o avanço do lento cancelamento do futuro que presenciamos socialmente.

2 UMA EDUCAÇÃO PARA O SUJEITO NA CONTEMPORANEIDADE

O reconhecimento da educação como um discurso social pelo campo analítico permitiu o estabelecimento de um amplo diálogo entre a psicanálise e a educação. A psicanalista Cristina Kupfer (2007), por meio de suas experiências analíticas em instituições educacionais, sublinha a importância de pensarmos uma educação para o futuro em estreita articulação com uma educação para o sujeito. A autora diz que a escola está sujeita às leis de funcionamento da linguagem, sendo tarefa da psicanálise observar os discursos que transitam nos corredores da instituição, no intuito de enlaçar os aspectos ético-políticos que fazem a palavra operar um papel central em sua circulação na esfera social e educacional. Kupfer (2007) ainda sugere que, se houver apenas “discursos cristalizados, os sujeitos não mais poderão manifestar-se. Não falarão, não poderão ‘oxigenar-se’, ou seja, não poderão beneficiar-se dos efeitos de verdade e de transformação que surgem quando há espaço para emergências ou falas singulares” (p. 136). Ou seja, na existência de discursos totalitários desarraigados de uma potência polissêmica da palavra, não há conflito de ideias e produção de debates para se pensar outros modos do existir na formação educacional, o que silencia e cristaliza os sujeitos em uma adaptação ao existente.

As estratégias discursivas e ideológicas do capitalismo tardio – ou neoliberalismo –, com ataques constantes à dimensão coletiva dos laços,

vem erodindo de forma avassaladora a esfera política da vida na pólis. Precisamos apresentar condições nas quais as possibilidades de existir não se reduzam ao individualismo e ao afrouxamento dos vínculos, conforme vemos na figura neoliberal do “empresário de si mesmo”, indivíduo em constante confronto com os sujeitos à sua volta em busca de lucros e de eficiência total em seus empreendimentos. No confronto da figura do sujeito neoliberal com outros à sua volta, produzem-se ataques e intrigas que não possibilitam a troca de ideias, que não deixam circular a palavra. Ou seja, há somente a defesa incessante de pontos de vista cristalizados em que a dimensão da alteridade fica de fora.

Ao cunhar a expressão “realismo capitalista”, o pensador britânico Mark Fisher (2020) demonstra como a sociedade, atravessada por um projeto educacional neoliberal, tornou-se padronizada, de modo que a temporalidade foi também sendo homogeneizada. A ideologia neoliberal criou uma narrativa cuja crença é de que tal sistema socioeconômico seria o único sistema viável à nossa realidade. Ao longo das décadas, a frase de Margaret Thatcher, “não há alternativa”, foi sendo mais e mais afirmada. Marques e Gonsalves (2020), ao comentarem as construções de Fisher, demonstram como a lógica cultural do capitalismo tardio produziu “uma forma de imaginação empacada, um bloqueio que converte a produção cultural num eterno pastiche marcado pela rememoração, revisitação e repetição” (p. 182). Em outras palavras, o realismo capitalista promoveu um lento cancelamento do futuro e uma infertilidade imaginativa tal, em todas as esferas da vida, que a construção do novo se tornou exígua.

Ora, quando não se pode pensar o futuro como algo que ainda não existe, uma espécie de impossível que impulsiona o desejo, a imaginação como ferramenta política se desmancha. Ao tratarmos da formação de crianças e jovens, precisamos pensar em modos de lidar com as fraturas de nosso tempo social, entre elas, um mundo em que os saberes são cada vez mais homogeneizados, uniformizados e negados em seu potencial crítico e reflexivo.

Do ponto de vista das condições discursivas de nossa época, vemos o quanto os processos de individualização da educação neoliberal, a partir de tecnologias que promovem massificação e objetificação das subjetividades, acabam por achatar o pensamento crítico e reduzir as formas de resistência dos jovens, produzindo uma espécie de demissão subjetiva do sujeito em relação à sua própria formação. Estariam as demissões subjetivas dos jovens, em seus trajetos formativos, associadas ao que permanece não dito no campo educacional? Em meio à passagem

adolescente, além de ser insuficiente pensar a educação apenas na via da escolarização (Gurski et al., 2023), cabe perguntar: qual é a função da instituição escolar?

Ter a palavra valorizada em processos de reciprocidade produz um sentimento de pertencimento e integração à coletividade e ao legado cultural, o que remete à ideia de que não é possível pensar qualquer ato educativo sem se considerarem os sujeitos atravessados pelo campo pulsional e inscritos no laço social. Walter Benjamin (1982/2021), no livro “Passagens”, argumenta que a educação deve ser um processo compartilhado entre as diferentes gerações humanas. Contudo, esse compartilhamento não deve se limitar ao mero usufruto dos resultados dos esforços empreendidos pelas gerações precedentes: é essencial considerar também as reivindicações das novas gerações, suas aspirações, seus entusiasmos e o desejo pelo saber. Esse processo se inicia na emergência do sujeito em suas relações com os cuidadores, que desempenham a função de alteridade, e se mantém ao longo da vida nas instituições escolares e sociais.

Sabemos que, nos processos educacionais, há sempre uma partilha de saberes na qual estão envolvidos educadores e alunos. A oferta de objetos do mundo que o professor faz ao aluno dá forma e consistência à imagem de si mesmo, ou seja, “imaginariza-o” (Kupfer, 2007). Conforme Lacan, é por meio do encontro com o Outro em face ao espelho que se “fabricam para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem, desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica” (Lacan, 1949/1998a, p. 100). Kupfer (2007) propõe dois modos de oferecimento dos objetos do mundo aos sujeitos²: o primeiro, de cunho analítico, leva em conta a marca vazia do imaginário que toda transmissão real ocasiona entre os sujeitos ; e o segundo, de outro lado, dá-se por meio da pura valorização do objeto com sentido absoluto, produzindo um universo coisificado, que ilustra o modo como a ideologia neoliberal tem pensado a formação educacional atual.

Ora, é preciso considerar que a constituição do sujeito, que é atravessada pelo processo educativo, dá-se em dois tempos distintos. No primeiro

²O engendramento do humano está na transmissão da falta, do vazio do sujeito com o novo emergindo a partir de uma retirada, isso porque “é no espaço que se abre no Outro que surge a possibilidade de registro” (Gurski, 2008, p. 194). Ou seja, há de ter uma falta, que denominamos de desejo em psicanálise, a fim de que possa se transmitir algo. Não se pode buscar a completude, uma verdade que estruture uma totalidade, pois a verdade não é única, ou que nos leva à emergência de um sujeito desde o encontro com o vazio junto ao Outro.

tempo, considerada a condição de dependência física e simbólica, o filhote humano inicialmente necessita de um semelhante que o tutele, que garanta tanto a dimensão dos cuidados físicos como simbólicos, através da imersão da criança em um banho de linguagem repleto de significações antecipadas (Gurski, 2010). A palavra, nesse percurso, apresenta-se como um importante instrumento de humanização, pois, como afirma Lacan, “é o mundo das palavras que cria o mundo das coisas” (1953/1998b, p. 277), onde as significações são produzidas pela operação da linguagem.

À operação de transmissão do saber simbólico fundamental para a humanização do bebê, Lacan (1954–1955/1985) chamou de campo do Outro ou instância simbólica. Esse lugar diz respeito ao que preexiste ao sujeito e que o determina, como a linguagem e os valores sociais e culturais, ou seja, é o lugar da palavra, do tesouro dos significantes³. Entretanto, na gramática do discurso neoliberal, marcada pelo excesso de presente e pela precarização das condições de vida no planeta, vemos uma temporalidade que promove o domínio do instante e do fugaz. Em tal contexto, como o sujeito pode se apropriar da transmissão de saberes e pensar em novos futuros indo além da simples aderência a conteúdos datados e fixos? Como assumir a função de produtor de saber, e não só de receptor de informações?

Na passagem adolescente, segundo tempo de constituição, o sujeito vive rupturas na relação com o saber. O suposto saber, que, até então, era dirigido preponderantemente aos pais ou responsáveis, entra em pane. Segundo Rassial (1999), esse é o momento da constituição psíquica em que se dá o que ele denomina de “pane do Outro”, na qual o sujeito se depara com uma espécie de engodo imaginário: a completude do Outro parental não existe, o que dá lugar à assunção e elaboração da falta estrutural como um real incontornável. Na passagem do laço familiar ao social, é demandado ao sujeito reinventar-se para lidar com esse real produzindo novos sentidos ao si mesmo, de modo a poder falar em nome próprio (Gurski et al., 2020) através de outras significações produzidas com os significantes que lhe foram transmitidos. O despertar da primavera da vida tem como efeito uma realocação da relação do sujeito com o saber e com o desejo do Outro, momento em que o adolescente deveria passar

³Instigante pensar a instância simbólica como o lugar do tesouro dos significantes a partir da fábula de Esopo chamada “O Velho Vinhateiro”. Benjamin (1933/2024a) inicia seu ensaio sobre a pobreza da transmissibilidade da experiência no período pós-Primeira Guerra com esta fábula, pois está articulado com a transmissão de uma herança: um pai moribundo tenta transmitir um tesouro a seus filhos, mas há falhas nessa transmissão porque a linguagem é atravessada pela falta de significação a priori dos significantes.

à condição de protagonista do saber, movimentação que carrega um efeito ético-político capaz de inscrever tanto o singular do sujeito quanto a dimensão coletiva dessa inscrição.

Os efeitos de esvaziamento da função simbólica e mediadora da palavra nos laços sociais e educacionais é agravado com a crescente financeirização da vida, em que o consumo de objetos e o uso, por vezes abusivo e equivocado, dos recursos tecnológicos ganham cada vez mais destaque (Gurski & Lo Bianco, 2023). Nesse laço social hiperacelerado, marcado pelo imperativo do gozo ilimitado, o desejo de saber se apresenta substituído pela voracidade do saber, possibilitado por uma insatisfação que devora tudo exaustivamente, sem nunca se saciar – “o saber voraz é o saber como mercadoria, como capital” (Lima & Neves, 2023, p. 74).

Como já dito, a massificação e a objetificação das subjetividades achatam o pensar crítico e promovem uma espécie de demissão subjetiva do sujeito, de modo que resulta difícil encontrar lacunas para questionar e colocar suas próprias significações sobre os objetos. Uma educação nos moldes neoliberais, funcionando por uma projeção de conteúdos fixos em sua literalidade, e não por meio da transmissão de saberes, não permite o processo de apropriação verdadeira dos saberes, na qual o sujeito pode assumir a função de produtor deles.

Kupfer (2007) demonstra como nenhum saber é anódino para o sujeito. A autora fala de uma forma de “passagem” do conhecimento objetivo para o saber inconsciente pela via de um “vazamento”, processo que só se efetiva por meio da presença do sujeito, presença que, simultaneamente, não deixa de ser sua queda. Lendo-se, na atualidade, aluno-objeto, a educação nos ditames neoliberais acaba por transformar os sujeitos da experiência em sujeitos-objetos do capital financeiro, consumidores da mercadoria-conhecimento (Laval, 2019), e não herdeiros de uma experiência, da transmissão de saberes entre gerações.

Ao se referir ao declínio moderno da faculdade de transmissão de experiências, Benjamin (1933/2024a) questiona “de que valem todos os bens culturais que temos, se nossa experiência não se vincula mais a eles?” (p. 51). A produção de saberes e sua incorporação na cultura, a partir da teoria benjaminiana e da teoria psicanalítica, ocorrem de forma dinâmica, de modo similar à dialética do narrador de histórias (Araújo & Costa Filho, no prelo), na qual um sujeito narra algo de seu vivido a um outro. Essa narrativa faz a função de testemunha a partir de uma escuta implicada, o que possibilita transmissões de novas formas e significações pela via da

circulação da palavra entre os presentes e, decantando-se dessa operação de transmissão, uma experiência. É essencial, portanto, refletir sobre as formas de restaurar a potência da palavra como mediadora dos laços nas relações e nas instituições escolares, a fim de viabilizar outros modos de relação que não o puro confronto com o outro.

Ao defender a política da psicanálise como uma política da falta, Lacan (1958/1998c) afirmou que a não completude dispara tanto a alteridade quanto a imaginação, possibilitando relações que sejam não totalizantes com os sentidos e sempre plurais (Gurski et al., 2023). Nesse cenário, a pluralidade de sentidos se mostra fundamental, pois a univocidade nos laços sociais não apenas inviabiliza debates democráticos, como também impossibilita a escuta dos sujeitos, esvaziando a função política da palavra e sua potência polissêmica de transmissão.

3 CONFLITO OU CONFRONTO? A PALAVRA ESGARÇADA E A PAUTA NEOLIBERAL NO CAMPO EDUCACIONAL

Segundo Mark Fisher (2020), a orientação a um progresso linear, vigente desde a crise da modernidade tardia, abriu espaço para a constante sensação de esgotamento de um tempo que parece travado em uma cultura que se mostra estagnada ou, como ele diz, a partir dos escritos do filósofo italiano Bifo Berardi, em um lento cancelamento do futuro. A dispersão da economia atencional no realismo capitalista, funcionando a partir de uma fragmentação da atenção a trocas de objetos, como o rolar do *feed* do Instagram, deixa-nos

continuamente imersos – plugados – nesse ciberespaço com sua 'compulsão idiota', instados a uma 'pressa perpétua', os sistemas nervosos estressados por uma corrente incessante de comandos mercadológicos (Marques & Gonsalves, 2020, p. 183).

Conforme apontado por Kupfer (2007), como também por Gurski e Lima (2023a), o trabalho do psicanalista e do educador com as palavras requer condições que garantam a expressão e a livre circulação do pensar. Gurski e Lima (2023a) sugerem que a censura à circulação das palavras nos espaços sociais, ligada tanto à univocidade de sentidos como à recusa ao dissenso, tende a subtrair as condições de produção de novos futuros, pois macula a pluralidade de sentidos, condição alteritária necessária à saúde dos laços. A possibilidade de emergência do novo se dá desde a viabilidade de diferentes versões conviverem, de trocas de ideias no campo social a partir da circulação da palavra nos debates entre os sujeitos. Ou seja, é no

dissenso⁴ que, muitas vezes, surge o horizonte de criação e de crítica ao vigente.

A gramática neoliberal, segundo Gurski et al. (2023), produz um imaginário pautado pelo espírito mercadológico, no qual os sujeitos são transformados em simples consumidores. A pergunta que surge em um contexto como esse é: como fica a relação com os bens culturais? Para Laval (2019), a finalidade da instituição educacional tem se transformado, ficando o saber e o conhecimento afetados pelos efeitos operacionais da nova gramática dos laços:

O sentido da escola muda: ela é não mais um lugar de assimilação e convívio com grandes narrativas, onde se moldam caracteres estáveis para situações sociais bem definidas, mas um local de formação de caracteres adaptáveis às variações existenciais e profissionais em incessante movimento (Laval, 2019, p. 48).

Observa-se que o modo coletivizado e contemplativo de transmissão da cultura e dos saberes entre as gerações foi substituído por um individualismo crescente em nossa sociedade. Há um apagamento do sujeito ético-político atravessado pelo dissenso produzido pelo debate de ideias na pólis e um crescente estímulo ao “empresariamento de si”, posição que nega a importância da alteridade, do diálogo e do conflito com o outro, erodindo os laços coletivos e incentivando práticas individualistas (Coutinho et al., no prelo). Desse modo, os laços educacionais, a partir da hegemonia do discurso neoliberal, estão, sobretudo, pautados por hostilidades e competições, restando uma lógica de confronto nos laços, ou seja, o uso da força contra o outro, e não o uso da palavra como mediadora dos dissensos.

Para a psicanálise, o conflito ocupa uma posição central e auxilia na compreensão dos processos psíquicos e dos impasses no laço social, posto que nos remete à dialética do inconsciente em sua relação com a alteridade. Na emergência de um conflito, surgem trocas dialéticas entre o eu e o outro, trocas essas mediadas pela fala e pela escuta que resultam na produção de algo que está até mesmo além dos ditos dialogados. Pode-se pensar que a própria democracia se torna inviável sem a confiança na palavra como ferramenta de partilha política e reconhecimento, uma vez que a lógica do confronto inviabiliza a possibilidade de tratar os conflitos de modo dialógico, pela via da palavra. O “governo do povo ou dos muitos”,

⁴ Isso está ligado à noção lacaniana do Um como efeito de um Outro total, esfera da totalidade dos discursos tirânicos, que não permitem a existência do diferente que busque produzir o novo sob o que está vigente (Gurski, Oliveira e Araújo, 2024). “Resistir à tirania do Um”, falam Gurski e Lima (2023a, p. 22), “é sustentar a potência do múltiplo. A recusa da totalidade é o que forja força e vivacidade à dimensão polissêmica das experiências”.

significado etimológico da palavra “democracia”, pressupõe uma relação com a alteridade construída por meio da abertura à escuta e às trocas. É toda essa dinâmica que viabiliza a constituição de um laço alteritário, fundamentado na partilha simbólica que deve estruturar a dimensão coletiva, não totalitária e política das relações.

Dunker (2022) observa que a prática lacaniana, fundamentada na centralidade do campo da linguagem e da função da palavra, não pode prescindir de seu compromisso irreduzível com a democracia. Contudo, sob a lógica neoliberal, o autor aponta como a ideia de democracia vem deixando de ser um dispositivo coletivo para se tornar uma progressão racional baseada na representatividade, na qual o povo perde poder. Assim, o “governo de muitos” se transforma em um governo de minoria poderosa, que controla o modo como a circulação da palavra se dá no laço social, e cujos representantes não representam o povo, na realidade. Se “é pelo livre uso da palavra e diante dela que nós nos fazemos iguais e também tratamos nossas diferenças” (Dunker, 2022, p. 26), o que acontece com os laços sociais e educacionais quando o poder político se concentra em sujeitos que apenas se representam? Isso nos leva a pensar uma forma de educação para o sujeito que não esteja atrelada à apreensão e projeção de objetos de forma literal, mas sim à busca de apropriação crítica e de produção de saberes.

A transformação social e política pela via da educação é um tema que exige um debate mais aprofundado e criterioso. A filósofa alemã Hannah Arendt (1961/2002) faz um importante tensionamento quando pergunta sobre os caminhos das relações entre educação e política: “A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana que se renova continuamente através do nascimento e da vida de novos seres humanos” (p. 234). A autora valoriza o campo da educação por compreender o mundo como uma sucessão de renovações propostas por meio do novo de cada geração que chega. Porém, Gurski (2008) demonstra a problemática envolta nisso a partir da Modernidade:

como se vive uma época em que a tradição é vista como antítese do progresso, acaba por se produzir uma relação de esquecimento com o passado. Com tal apagamento, muitas vezes perdemos o fio condutor que faz com que o presente enlace as tramas do passado com as possibilidades do futuro (pp. 83-84).

Na visão de Hannah Arendt (1961/2002), caberia aos que vieram antes, ou seja, aos adultos, a importante responsabilidade de acolher os mais jovens através da tarefa de apresentação do mundo e da tradição. Ao apresentar o mundo, o adulto, pela visão da filósofa, também deve assumir

a responsabilidade de permitir que os jovens se conectem com o passado, com aquilo que já foi feito, a fim de que possam criar suas próprias marcas e invenções. Somente assim os adultos podem transmitir aos jovens o amor *mundi*, isto é, a possibilidade de preservar a alteridade de cada geração enquanto mantém viva a renovação constante do mundo, por meio do trabalho com a palavra de forma livre e democrática.

A formação democrática, desde a Antiguidade, caracterizou-se pelo tratamento do conflito pela via da palavra, atravessando tanto o apossamento e o uso dela como a escuta enquanto condição para ela transitar entre os sujeitos (Calazans, 2008; Dunker, 2022). Tanto na ágora ateniense como no fórum romano, podemos observar a implicação da política com a palavra, porque a política surge no momento que a cidade deixa de ter uma orientação divina, instante que emerge a necessidade de debates sobre seus rumos e nos quais se cruzavam as diferenças de posicionamento (Calazans, 2008). É, portanto, no conflito de ideias entre os cidadãos que novas ideias sobre como administrar a cidade são produzidas em um regime político democrático. Em outras palavras, a democracia grega era caracterizada por uma disputa de noções em que a palavra circulava por meio de um laço dialético, em que um sujeito falava e o outro escutava, alternando-se suas posições conforme a retórica em questão, modo pelo qual se estabelecia o que se chama de “diá-logo”. Compreendemos que justamente a escuta adquire uma importante função ética e política quando a entendemos como uma “forma prática de construir experiências de comunalidade e intimidade, dois afetos políticos fundamentais para superar o ódio, o medo e a melancolização do poder” (Dunker, 2022, p. 286).

Dunker (2022) distingue “A” política, que corresponde ao campo de circulação da palavra nos espaços públicos, atribuindo-lhe a potência de deliberação e de transformação por meio dessa movimentação, de “a” política, entendida como um sistema particular de interesses. Embora ambas exijam convergência e diálogo entre si, observa-se atualmente que a lógica do confronto tende a suplantar a lógica do conflito. É nesse diapasão que “a” política esgarça o potencial democrático de circulação da palavra e seu impacto político nos laços sociais. Segundo o psicanalista, podemos tornar “político” tudo aquilo que decidirmos tratar politicamente como tal. Contudo, em tempos marcados pela antipolítica e por concepções de viés totalitário, surgem obstáculos em vislumbrar possibilidades de laços democráticos, pois negar a política é, em sua essência, negar as diferenças, o poder da palavra e o diálogo como uma troca de ideias conflituosas

capaz de criar vínculos entre os sujeitos na pólis.

Os discursos políticos extremistas não produzem questionamentos, mas operam pela lógica da sugestão e sustentam verdades de caráter totalizante. Safatle (2021a), ao refletir sobre o neoliberalismo como um operador da gestão do sofrimento psíquico, destaca que esse sistema atua como um modo de intervenção social que bloqueia as dimensões produtoras de conflito, enfraquecendo a gramática de regulação da vida social. Frente à regressão social promovida pela gramática neoliberal, a psicanálise aponta para a necessidade de retomar sua matéria-prima: a função elementar da palavra, ponto de partida da democracia e condição de possibilidade da experiência educativa (Dunker, 2020). Esse retorno é essencial, pois, quando a palavra é empregada pela lógica do confronto ou dos embates, situações em que se ouve sem de fato escutar os dizeres do outro, produz-se uma homogeneização do pensamento que limita a polissemia de sentidos da palavra e impede o surgimento do novo.

A política, portanto, demanda uma ética que seja capaz de resistir à hegemonia do pensamento único (Calazans, 2008). Esse posicionamento ecoa na ética analítica da falta-a-ser (Lacan, 1958/1998c), que valoriza a abertura ao diálogo e à diferença. A psicanalista francesa Colette Soler (1998) lembra que Lacan jamais cessou de afirmar que a psicanálise tem um alcance político que só é possível ser atingido se os analistas puderem dimensioná-la. Essa é uma insistência que a autora observa em toda obra lacaniana, qual seja, o ser-para-seu-tempo do psicanalista, expresso no aforismo de Lacan (1953/1998b), de que renunciem à prática analítica todos aqueles que não conseguirem alcançar, em seu horizonte, a subjetividade de sua época.

Nesse sentido, entendemos que o enlaçamento feito pelo analista no campo da educação se torna fundamental a fim de criar condições para que a palavra possa circular livremente nos espaços institucionais, como preconizado pelo trabalho de Kupfer (2007). Os espaços de escuta nas instituições de educação e saúde da pólis, nas praças e nas ruas são modos de possibilitar outra relação dos sujeitos com a palavra, condição que potencializa a condição de transformação dos laços pessoais e educacionais. Em nossa prática, seguimos sempre a máxima freudiana de que o individual é simultaneamente social (Freud, 1921/2020a), pois a constituição do sujeito está sempre atrelada à sua relação com a alteridade e com as construções sociais.

Resgatar o potencial ético-político da palavra é um importante

instrumento de fortalecimento da democracia. A palavra plena, dotada de força sociopolítica, requer a presença de estruturas simbólicas coletivas operantes entre os falantes, criando-se espaços para discussões acaloradas, e não para disputa de poder, que, ao fim, resulta na aniquilação de algo do outro (Safatle, 2020). O ato de dar ouvidos ao outro, acolhendo sua intimidade e sua posição de sujeito no campo social, como faz o psicanalista, abre caminho para o debate de ideias, permitindo o surgimento de discursos capazes de transmutar o esgarçamento da palavra. No entanto, no lugar desse movimento dialético, que faz uso da palavra como mediadora de debates, temos observado diversos confrontos. Entre alguns, identificamos o projeto “Escola Sem Partido” (Gurski & Lima, 2023b), que busca asfixiar a potência política e emancipatória das instituições educacionais e sociais. Esse cenário evidencia o embate que se estabelece entre um discurso que promove a democracia e outro que busca silenciá-la, o que nos faz interrogar as condições que preparam o lento cancelamento do futuro no contexto educacional.

4 COMO PUXAR O FREIO DE EMERGÊNCIA? OS JOVENS E O LENTO CANCELAMENTO DO FUTURO

Walter Benjamin (1940/2022), na décima primeira tese de seu ensaio sobre o conceito da História, critica os modos de produção de sua época e evoca a noção de destruição da natureza pelo progresso linear e acelerado provocado pela ânsia capitalista. Ele reprova o posicionamento progressista do ideólogo social-democrata alemão Joseph Dietzgen, cuja concepção carregava um conceito corrompido de trabalho, no qual tudo estaria a serviço da humanidade. A natureza foi reduzida em Dietzgen a um artigo gratuito, a uma matéria-prima disposta a fins industriais, a uma commodity infinitamente explorável, a um mero objeto de dominação e exploração ilimitada dos sujeitos, a um modo de acumulação de riqueza e capital.

Benjamin (1940/2022) discorda do posicionamento do ideólogo demonstrando que sua concepção de trabalho se resumia à exploração extrativista da natureza, contraposta de modo ingênuo à exploração do proletariado no sistema capitalista. Redenções reais não se produzem através de novas formas de alienação, nem mesmo quando o explorado é a natureza. Na lógica de Dietzgen, alguns dos fatores do trabalho humano precisam sofrer um processo de alienação e dominação, transportando-se todo o peso para a natureza, na qual se desenvolve uma lógica utilitarista de

uso e descarte (Seligmann-Silva, 2023) ainda presente no neoliberalismo.

As mudanças climáticas estão presentes em nosso cotidiano, com aumentos ou quedas bruscas de temperatura em diversas localidades do planeta, maior incidência de furacões, secas e chuvas intensas, situações que produzem mal-estar, desamparo e sofrimento sociopolítico (Rosa, 2023). Em meio à crise político-ambiental, Gurski (2021) sugere que devemos refletir não apenas sobre os aspectos materiais dos desastres, mas sobretudo acerca das perspectivas de futuro que atravessam essas passagens. Questionamos se a crise ambiental seria universal, vivida do mesmo modo por sujeitos pertencentes a diferentes segmentos sociais. O filme sul-coreano *Gisaengchung* (Joon-ho, 2019) demonstra, de forma explícita, o conceito de racismo ambiental e sintetiza o grau intenso de desigualdade das condições sanitárias e sociais das populações em diferentes lugares do mundo, condição que revela a face mortífera da vida sem privilégios. Isso demonstra que a crise ambiental não é universal, assim como as diversas faces do estatutário de crises que foram sendo discutidas até agora.

No que se refere à esfera educacional, observamos como o espectro de crises e desastres ressoa na formação dos jovens. O adoecimento psíquico e o suicídio de jovens sofreram um crescimento significativo nas últimas décadas, demonstrando como o atravessamento material das mudanças climáticas e das crises sociopolíticas impactam a produção de sentido na vida da juventude atual. Como discutido anteriormente, a adolescência envolve uma tarefa psíquica que implica a perda do referencial imaginário da infância e do lugar de amparo junto ao Outro parental, exigindo que os jovens construam suas próprias referências na seara social. Ora, o estofo simbólico das referências se esvazia na cultura neoliberal, uma cultura que vende o saber como um produto, uma mercadoria presente em apostilas e manuais.

Segundo Mannoni (1979/2004), “o sintoma é uma linguagem que nos cabe decifrar” (p. 84), o que nos leva a pensar que a vacilação da produção do desejo de viver dos sujeitos possa estar ligada a uma reconfiguração neoliberal relativa aos modos de ser e de estar no mundo (Coutinho et al., no prelo). Tanto a erosão da dimensão da política como o fantasma neoliberal que ronda a formação educacional dos jovens, sustentados por práticas que enfatizam a individualização, a competitividade e as desigualdades, fazem parte desse processo. Coutinho et al. (no prelo) dizem que o sentido da vida para os jovens se encontra intrinsecamente ligado à habilidade de conceber e idealizar novos horizontes para o futuro,

o que demanda a abertura ao diálogo, ao dissenso, às trocas alteritárias, e não à lógica individualista vigente.

Fisher (2020) utiliza a expressão *"man without a chest"* em referência a um ensaio do romancista irlandês C. S. Lewis, no qual o autor questiona a impostura humana com as gerações futuras: "Criamos homens sem peito e esperamos deles a virtude e a iniciativa. Zombamos da honra e ficamos chocados ao encontrar traidores em nosso meio. Nós os castramos e exigimos dos castrados que sejam frutíferos" (p. 97). Isso nos leva a pensar que educar um sujeito não pode ser unicamente aliená-lo a uma porção de enunciados, traçando uma transmissão de mão única e produzindo um assujeitamento que leva a uma resignação adoecedora. Uma educação para o sujeito necessita produzir aberturas para o retorno da palavra enquanto um elemento central dos laços sociais, condição que pode possibilitar o novo a partir do não significável.

Freud (1927/2020b), em "O futuro de uma ilusão", aborda a importância de uma educação voltada para a realidade, que permita aos sujeitos superar o infantilismo de esperar que um Outro lhe poupe da sensação de desamparo e de angústia. Será que a subtração da esfera da política na formação das crianças e jovens não seria uma forma de infantilização? A erosão da dimensão da política na formação educacional, ao proteger as crianças e os jovens de toda e qualquer crítica, indica que os rebentos não são capazes de pensar com o próprio pensamento, de produzir outros sentidos para as experiências que vivenciam no mundo à sua volta.

Desde que a República se fez no Brasil, no final do século XIX, de tempos em tempos, iludimo-nos com projetos pseudorrepúblicanos que prometem a democracia na política e a emancipação educacional e social, mas que entregam uma educação que não sai do estado de crise, fazendo eco à célebre frase de Darcy Ribeiro de que a crise da educação no Brasil não é uma crise real, mas sim um projeto político. Ao promover o esvaziamento do pensamento crítico e do agir político, o projeto educacional brasileiro perpetua modos de dominação e assujeitamento, sendo necessário, então, resgatar a palavra como uma forma de autorizar a imaginação de possíveis ações de resistência política (Gurski et al., 2023).

Em um contexto no qual se debatem as relações entre educação e política, Arendt (1961/2002) questiona os perigos da instrumentalização da educação por interesses ideológicos. Se, por um lado, o questionamento da autora mantém as tensões sem resolução no melhor estilo socrático, propondo uma não-dissociação entre educação e política, por outro, é

importante questionar tal associação, especialmente pela preocupação com as atuais práticas totalitárias. Refletindo sobre os caminhos totalitários, a filósofa critica a redução que a esfera da política sofre quando serve como instrumento para obtenção de determinados fins através da educação. O caráter instrumental da política subtrai toda dignidade e função que a política, como esfera social, pode ter na vida comunitária – um exemplo é a juventude hitlerista (Arendt, 1949/2012).

A dignidade demandada à política também deve ser reivindicada na direção do campo da educação. Isso porque, ao agir politicamente, o sujeito deve se debruçar sobre a realidade e agir entre as pessoas, mantendo os significados recuperados do passado para elaborar conceitos e valores que garantam o agir individual cotidiano em um diapasão de questões coletivas. É essencial que o sujeito se implique e assuma seu lugar na partilha de saberes, pois somente dessa maneira é possível criar uma imagem de si que atravesse o laço com o outro – e não uma assimilação do que é entregue, sem crítica e sem uma implicação enquanto produtor do saber. Arendt (1961/2002) evoca a preservação do espaço de alteridade entre as gerações, alertando sobre o risco de as relações educacionais se converterem em espaços de doutrinação e abuso de poder. Nesse contexto, ela nos convoca a estar atentos para evitar a despolitização dos laços e o uso instrumental da educação com fins políticos, como ocorreu com a juventude hitlerista.

Considerar a escuta do sujeito em instituições educacionais e sociais, seguindo a visão de Hannah Arendt sobre o atravessamento da política no laço educacional, foi um dos modos que encontramos para articular as premissas da ética da psicanálise às situações sintomáticas e de sofrimento que se apresentam nos diferentes espaços da cidade. Esse movimento leva às últimas consequências a noção lacaniana da política da psicanálise como falta-a-ser (Lacan, 1958/1998c). Quer dizer, o psicanalista pode se movimentar nas instituições educacionais levando adiante o que mais importa em sua escuta: a noção de que a dimensão da falta, ou o saber não-todo, sustenta sua posição ética, sendo um operador também no trabalho institucional.

O vetor principal do trabalho do psicanalista nas instituições escolares e no campo social seria, portanto, a presença do desejo de analista em sua dimensão intransitiva (Calligaris, 1991). Esse desejo se torna possível na medida em que o psicanalista sustenta o impossível⁵ e, pela via da

⁵Segundo Safatle (2020), o “impossível é aquilo que, do ponto de vista da situação atual, não tem como existir, não tem como se inscrever. Por isso, é aquilo que força a situação atual a se trans-

escuta, garante um lugar para o sujeito no laço educativo. Segundo Lacan (1958/1998c), ao escutar o particular do sujeito, o desejo de analista opera criando o avesso do discurso do mestre, estabelecendo condições para que o sujeito não se submeta à tirania de um Outro que se apresenta como total, de forma a produzir seus referenciais. Retomando o projeto de educação para o sujeito e para a realidade, pensamos que a recusa da totalidade forja potência e vivacidade à dimensão polissêmica das experiências (Gurski & Perrone, 2021).

Seria, então, o âmbito do desejo a ferramenta política subversiva para podermos encontrar os fins da psicanálise no campo social, com o propósito de resistir à tirania do Um e viabilizar modos de o sujeito não se curvar à totalidade do Outro. A ética da psicanálise está fundamentada no desejo; desejar significa desejar o impossível, tornando aquilo que os ideais consideram inalcançável em algo possível (Calazans, 2008). Ou seja, essa ética produz o novo, aquilo que ainda não foi pensado, pois “assim como uma criança, quando aprende a agarrar as coisas, estende a mão para a lua e para uma bola, toda revolução também visa objetivos tangíveis que são inicialmente utópicos” (Benjamin, 1936/2024b, p. 20). Isso ressalta a importância de uma política orientada por uma ética na qual a palavra atua como mediadora nos debates, promovendo rupturas contra os ideais extremistas dos discursos de ódio atuais.

Embora o realismo capitalista, segundo Fisher (2020), tenha colonizado o inconsciente cultural e dificultado imaginar alternativas ao regime vigente, ele observa a possibilidade de uma ruptura na cinzenta cortina reacionária desse realismo. Essa ruptura viria através da instrumentalização da libido com fins políticos, abrindo caminho para uma política acoplada ao nível do desejo, uma espécie de comunismo libidinal que afirma a capacidade coletiva de produzir e desfrutar a existência (Gurski & Lo Bianco, 2023; Marques & Gonsalves, 2020; Gurski, 2024), pois pode-se pensar individualmente, mas a ação política é sempre coletiva.

Essa política acoplada ao nível do desejo surge como uma via essencial para se pensar uma formação cidadã atual para os adolescentes e os jovens. A tarefa de formulação do desejo de viver pode ser pensada a partir da produção de referências próprias, da perspectiva afirmativa de um futuro para o mundo. Tal perspectiva ganha força pela potência política da palavra e da formação juvenil, como destaca o filósofo Walter Benjamin, ao

formar radicalmente, força uma ruptura de estrutura” (p. 29). Ele discorre sobre esse termo para falar da clínica lacaniana, que trabalha no intuito de auxiliar o sujeito a sair de uma posição de impotência diante o mundo para o impossível, a criação do novo.

afirmar que é necessário acionar o freio de emergência da locomotiva da história, permitindo-se, então, o vislumbre de um futuro porvir, pois “antes que a centelha chegue à dinamite, é preciso que o pavio que queima seja cortado” (Benjamin, 1928/2023, p. 76).

Precisamos atravessar coletivamente o deserto social, no intuito de enfrentarmos os totalitarismos que anestesiam o que temos de mais precioso, qual seja, nosso direito à potência de desejar e nosso dever com a imaginação. Vivemos em um presente que parece interminável, o que gera uma sensação de impotência que limita nossa capacidade de pensar, imaginar, sonhar e agir na direção de um amanhã (Gurski & Lo Bianco, 2023). Por isso e à guisa de novos começos, é importante lembrar dos efeitos ético-políticos da dimensão polissêmica da palavra para as práticas sociais. A liberdade ofertada pelo muro da linguagem, a qual implica a pluralidade de sentidos na interpretação dos fenômenos, além de ser a única liberdade possível conhecida, é o que nos garante sorver a vida e os laços educativos, de forma a evitar a condição de um futuro que se apresente como repetição ecológica do passado (Gurski & Lima, 2023a).

REFERÊNCIAS

- Andrade, M. (2017). *Pauliceia Desvairada*. Novo Século. (Trabalho original publicado em 1922).
- Araujo, L. F. S., & Costa Filho, W. (no prelo). *As Violências de Estado no Brasil Contemporâneo: Diálogos entre Walter Benjamin e Psicanálise*.
- Arendt, H. (2002). *Entre o Passado e o Futuro*. Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1961).
- Arendt, H. (2012). *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. Companhia de Bolso. (Trabalho original publicado em 1949).
- Benjamin, W. (2021). *Passagens*. UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1982).
- Benjamin, W. (2022). Sobre o Conceito da História. In W. Benjamin, *O Anjo da História* (pp. 7-20). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1940).

- Benjamin, W. (2023). *Rua de Mão Única*. Duas Cidades; Editora 34. (Trabalho original publicado em 1928).
- Benjamin, W. (2024a). Experiência e Pobreza. In G. Gaiofato (Org.), *Melancolia de Esquerda e Outros Escritos* (pp. 48-56). LavraPalavra. (Trabalho original publicado em 1933).
- Benjamin, W. (2024b). Outra Vontade Utópica (Fragmento). In G. Gaiofato (Org.), *Melancolia de Esquerda e Outros Escritos* (pp. 18-21). LavraPalavra. (Trabalho original publicado em 1936).
- Calazans, R. (2008). Psicanálise e Política. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 17-30. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n15/v8n15a03.pdf>.
- Calligaris, C. (1991). O Inconsciente em Lacan. In F. Knobloch (Org.), *O Inconsciente: Várias Leituras* (pp. 167-182). Escuta.
- Coutinho, L. G., Gurski, R., Schaly, M. S. W., Oliveira, B. F., & Fagundes, P. C. (no prelo). A Universidade como um dos Palcos de Guerra Civil.
- Dardot, C., Guégeun, H., Laval, C., & Sauvêtre, P. (2021). *A Escolha da Guerra Civil: Uma Outra História do Neoliberalismo*. Elefante.
- Dunker, C. I. L. (2020). *Paixão da Ignorância: A Escuta entre Psicanálise e Educação*. Contracorrente.
- Dunker, C. I. L. (2022). *Lacan e a Democracia: Clínica e Crítica em Tempos Sombrios*. Boitempo.
- Fisher, M. (2020). *Realismo Capitalista: É Mais Fácil Imaginar o Fim do Mundo do que o Fim do Capitalismo?* Autonomia Literária.
- Fraser, N. (2024). *Capitalismo Canibal: Como Nosso Sistema Está Devorando a Democracia, o Cuidado e o Planeta e o que Podemos Fazer a Respeito*. Autonomia Literária.
- Freud, S. (2013). Introdução e Conclusão de um Debate sobre o Suicídio. In *Obras Completas* (Vol. 9, pp. 389-391). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (2020a). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In *Cultura, Sociedade, Religião: O Mal-Estar na Cultura e outros Escritos* (pp. 137-232). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1921).

- Freud, S. (2020b). O Futuro de uma Ilusão. In S. Freud, *Cultura, Sociedade, Religião: O Mal-Estar na Cultura e outros Escritos* (pp. 233-297). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1927).
- Gurski, R. (2008). *Juventude e Paixão pelo Real: Problematizações sobre Experiência e Transmissão no Laço Social Atual*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional UFRGS.
- Gurski, R. (2010). Algumas Observações sobre a Clínica da Infância. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 1(39), 90-102.
- Gurski, R. (2021). Prefácio: O que Pode a Psicanálise Fazer com a Educação Ambiental? In A. L. Farias, *A Psicanálise e o Meio Ambiente: Caminhos para uma Educação Ambiental* (pp. 25-29). Medusa.
- Gurski, R. (2024). Apresentação. Organização do Dossiê – O Lento Cancelamento do Futuro. *Revista Cult*, 27(312), 14-17.
- Gurski, R., & Lima, N. L. (2023a). Apresentação. In R. Gurski, & N. L. Lima (Orgs.), *Psicanálise, Educação e Política na Universidade e na Cidade* (pp. 17-23). Benjamin Editorial.
- Gurski, R., & Lima, N. L. (2023b). Apresentação do Dossiê – Psicanálise, Educação e Política. *Revista Cult*, 26(295), 28-30.
- Gurski, R., & Lo Bianco, A. (2023). A Escola sob Ataque e o Lento Cancelamento do Futuro. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(4), 1560-1576. <https://doi.org/10.12957/epp.2023.80443>.
- Gurski, R., Oliveira, B. F., & Araujo, L. F. S. (2024). A Violência de Gênero e o Machismo Estrutural no Brasil: Enlaces entre Psicanálise, Política e Feminismo. *Revista Feminismos*, 12(2), 1-27. <https://doi.org/10.9771/rf.12.2.63123>.
- Gurski, R., & Perrone, C. M. (2021). O Jovem ‘Sem Qualidades’ e o Desejo de Fascismo: Enlaces entre Psicanálise, Educação e Política. *Educação & Realidade*, 46(1), 1-19. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109161>.
- Gurski, R., Perrone, C., & Strzykowski, S. (2023). Sonhos de Educadores em Tempos de Pandemia: Um Modo de Decolonização do Campo da Educação? In R. Gurski, & N. L. Lima (Orgs.), *Psicanálise, Educação e Política na Universidade e na Cidade* (pp. 39-51). Benjamin Editorial.

- Gurski, R., Strzykowski, S., Perrone, C. (2020). O Despertar da Adolescência, o Suicídio Juvenil e as Atuais Políticas de Morte: Questões para o Campo da Educação. *Tempo Psicanalítico*, 52(2), 357-383. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/250164>.
- Joon-ho, B. (Diretor). (2019). *Gisaengchung* [Filme]. Barunson E&A.
- Kupfer, M. C. M. (2007). *Educação para o Futuro: Psicanálise e Educação*. Escuta.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, Livro 2: O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1954–1955).
- Lacan, J. (1998a). O Estádio do Espelho como Formador da Função do Eu tal como nos é Revelada na Experiência Psicanalítica. In *Escritos* (pp. 96-103). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1949).
- Lacan, J. (1998b). Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise. In *Escritos* (pp. 238-324). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998c). A Direção do Tratamento e os Princípios de seu Poder. In *Escritos* (pp. 591-652). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).
- Laval, C. (2019). *A Escola não é uma Empresa: O Neoliberalismo em Ataque ao Ensino Público*. Boitempo.
- Lima, N. L., & Neves, L. (2023). Brota Arte, Palavra e Invenção: A Psicanálise Implicada na Cidade Acelerada. In R. Gurski, & N. L. Lima (Orgs.), *Psicanálise, Educação e Política na Universidade e na Cidade* (pp. 71-81). Benjamin Editorial.
- Maia Filho, O., Oliveira, D. K., Carmo, M., & Moraes, B. (2015). O Empresariamento da Educação: Uma Análise da Reforma Educacional da Década de 1990. In J. Rabelo, S. Jimenez, & M. D. M. Segundo (Orgs.), *O Movimento de Educação para Todos e a Crítica Marxista* (pp. 87-102). Imprensa Universitária.
- Mannoni, M. (2004). *A Primeira Entrevista em Psicanálise: Um Clássico da Psicanálise*. Elsevier. (Trabalho original publicado em 1979).
- Marques, V., & Gonsalves, R. (2020). Posfácio – Contra o Cancelamento do

- Futuro: A Atualidade de Mark Fisher na Crise do Neoliberalismo. In M. Fisher, *Realismo Capitalista: É Mais Fácil Imaginar o Fim do Mundo do que o Fim do Capitalismo?* (pp. 162-207). Autonomia Literária.
- Rassial, J.-J. (1999). O *Sinthoma* Adolescente. *Estilos da Clínica*, 4(6), 89-93. Recuperado de <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v4n6/09.pdf>.
- Rede Escola Pública e Universidade (2022). *Novo Ensino Médio e Indução de Desigualdades Escolares na Rede Estadual de São Paulo [Nota Técnica]*. Recuperado de <https://www.repu.com.br/notas-tecnicas>.
- Rosa, M. D. (2023). *A Clínica Psicanalítica em Face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento*. Escuta/FAPESP.
- Safatle, V. (2020). *Maneiras de Transformar Mundos: Lacan, Política e Emancipação*. Autêntica.
- Safatle, V. (2021a). A Economia é a Continuação da Psicologia por Outros Meios: Sofrimento Psíquico e o Neoliberalismo como Economia Moral. In V. Safatle, N. Silva Jr., & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico* (pp. 17-46). Autêntica.
- Safatle, V. (2021b, nov. 13). Estado Suicidário. *A Terra é Redonda*. Recuperado de <https://aterraeredonda.com.br/estado-suicidario/>.
- Seligmann-Silva, M. (2023). Para uma Nova Crítica da Razão Colonial. In *Walter Benjamin e a Guerra de Imagens* (pp. 1-17). Perspectiva.
- Soler, C. (1998). Incidência Política do Psicanalista. In *A Psicanálise na Civilização* (pp. 257-263). Contra Capa.